



SED-SC

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

PROFESSOR - FILOSOFIA

- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Metodologia da Prática Docente
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N.º 793/SED/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS

A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SED-SC

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE
SANTA CATARINA

Professor- Filosofia

EDITAL N.º 794/SED/2026

CÓD: SL-143MR-26
7908433294153

Conhecimentos Gerais

1. Fundamentos legais e normativos da educação brasileira e catarinense; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: direitos e garantias fundamentais, direitos sociais e disposições constitucionais sobre educação.....	9
2. Estatuto da Criança e do Adolescente: direito à educação, proteção integral e convivência familiar e comunitária.....	13
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e suas alterações: estrutura, princípios e organização das etapas e modalidades da educação básica.....	52
4. Lei Complementar Estadual n.º 170/1998: Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.....	72
5. Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: metas, estratégias e avaliação da política educacional.....	72
6. Marcos legais da educação inclusiva e da educação especial.....	84
7. Legislação sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e sua implementação curricular.....	84
8. Gestão democrática do ensino público: fundamentos legais e instâncias colegiadas.....	85
9. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina: direitos, deveres, responsabilidades e regime disciplinar.....	90
10. Currículo e organização do trabalho pedagógico.....	106
11. Base Nacional Comum Curricular: competências gerais, áreas do conhecimento, componentes curriculares e etapas da educação básica.....	108
12. Proposta Curricular de Santa Catarina: fundamentos históricos e concepções pedagógicas; Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense: princípios, estrutura e articulação com a BNCC.....	109
13. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: formação geral básica, itinerários formativos, trilhas de aprofundamento e organização curricular vigente.....	109
14. Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes curriculares nacionais e normas estaduais vigentes.....	113
15. Integração curricular: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização do conhecimento.....	113
16. Avaliação da aprendizagem e avaliação institucional: concepções, indicadores educacionais e uso dos resultados para melhoria da qualidade.....	118
17. Planejamento educacional e organização do trabalho escolar.....	123
18. Diversidade, direitos humanos e proteção integral.....	124
19. Educação em direitos humanos: princípios, marcos normativos e práticas escolares.....	128
20. Educação para as relações étnico-raciais: combate ao racismo, valorização da diversidade e implementação curricular.....	131
21. Educação escolar indígena, quilombola e do campo: especificidades e marcos legais.....	135
22. Diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, linguística e sociocultural: reconhecimento e promoção de equidade no contexto escolar.....	141
23. Inclusão, acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem: estratégias e adaptações para a educação para todos.....	146
24. Convivência escolar, cultura de paz e prevenção às violências: estratégias de mediação e práticas restaurativas.....	150
25. Saúde mental na escola: competências socioemocionais, bem-estar e trabalho intersetorial.....	157
26. Proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes no contexto educacional.....	162
27. Tecnologias, inovação e contemporaneidade.....	168
28. Tecnologias digitais na educação e na gestão pública: fundamentos, potencialidades e desafios.....	175
29. Cultura digital, letramento digital e cidadania digital: habilidades, responsabilidade e participação crítica.....	179
30. Uso pedagógico e administrativo de plataformas, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos educacionais abertos.....	182
31. Ensino híbrido e educação a distância: modelos, regulamentação e aplicações.....	187
32. Inteligência Artificial na educação: aplicações éticas e potencial transformador no ensino e na gestão.....	188
33. Segurança da informação, proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e governança digital no ambiente educacional.....	193

ÍNDICE

34. Inovações científicas e tecnológicas contemporâneas e seus impactos no mundo do trabalho e na sociedade	206
35. Administração pública, ética e contextos	207
36. Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ..	207
37. Ética no serviço público: deveres, conflito de interesses, integridade, transparência e responsabilidade	212
38. Lei de Acesso à Informação: transparência ativa, passiva e sigilo	218
39. Relações humanas no trabalho: comunicação, trabalho em equipe e resolução de conflitos	225
40. Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, políticos e econômicos de Santa Catarina e do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas	231

Metodologia da Prática Docente

1. Fundamentos da educação	245
2. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. Principais teorias educacionais e suas implicações para a prática pedagógica: behaviorismo, construtivismo, perspectiva histórico-cultural e abordagem histórico-crítica	251
3. Perspectivas filosóficas e sociológicas da educação: função social da escola e relação entre educação, sociedade e cultura.....	263
4. Desenvolvimento cognitivo, socioafetivo, moral e psicomotor ao longo da vida: implicações para o planejamento em cada etapa da educação básica.....	265
5. Processos de aprendizagem: mediação pedagógica, interação, linguagem e formação de conceitos	266
6. Abordagens contemporâneas: aprendizagem socioemocional, protagonismo estudantil e contribuições da neurociência para a educação.....	267
7. Didática, planejamento e organização do ensino	268
8. Didática como campo de conhecimento: concepções e relação com a prática docente.....	269
9. Planejamento anual, sequências didáticas e planos de aula: elaboração, intencionalidade pedagógica e articulação curricular.....	273
10. Projeto Político- Pedagógico: concepção, elaboração participativa, implementação e avaliação	281
11. Gestão da sala de aula: mediação, clima relacional e rotinas pedagógicas	283
12. Práticas interdisciplinares e transdisciplinares: projetos integradores e temas contemporâneos transversais	284
13. Organização do trabalho pedagógico: tempos, espaços, agrupamentos e ambientes de aprendizagem	291
14. Metodologias de ensino e inovação pedagógica	292
15. Metodologias ativas, colaborativas, investigativas e interativas: fundamentos e aplicações em sala de aula	293
16. Aprendizagem baseada em problemas e em projetos: concepção, etapas e avaliação	294
17. Ensino híbrido, rotação por estações e personalização da aprendizagem.....	295
18. Cultura maker, design thinking e aprendizagem por desafios	295
19. Gamificação e uso de jogos na aprendizagem	296
20. Uso pedagógico das tecnologias digitais: ferramentas, plataformas e ambientes virtuais no cotidiano escolar	299
21. Estratégias diferenciadas para o desenvolvimento de competências e habilidades segundo a BNCC	300
22. Aprendizagem cooperativa e colaborativa: estruturas, interdependência positiva e responsabilidade individual	301
23. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem. Concepções de avaliação e sua função pedagógica. Tipos de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Instrumentos e técnicas de avaliação: portfólios, rubricas, autoavaliação e outros registros	302
24. Avaliação por competências e habilidades: critérios e indicadores.....	304
25. Recuperação paralela e progressão da aprendizagem.....	305
26. Avaliação institucional interna e externa: interpretação e uso pedagógico dos resultados.....	306

ÍNDICE

27. Indicadores educacionais e qualidade da educação: taxa de aprovação, abandono, distorção idade-série e resultados de avaliações de larga escala	307
28. Educação inclusiva, convivência e equidade. Educação inclusiva na perspectiva da educação para todos: marcos históricos, legislação e modelos	308
29. Atendimento Educacional Especializado: público-alvo, serviços e articulação com a sala comum	314
30. Adaptações e flexibilizações pedagógicas: currículo, metodologia, avaliação e recursos	316
31. Desenho Universal para a Aprendizagem: princípios e aplicações	317
32. Acompanhamento de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades.....	318
33. Diversidade étnico-racial, de gênero e sexual na escola: práticas inclusivas e antidiscriminatórias.....	319
34. Convivência escolar, mediação de conflitos e práticas restaurativas.....	320
35. Articulação escola-família-comunidade: participação e corresponsabilidade.....	321
36. Gestão pedagógica e desenvolvimento profissional.....	322
37. Gestão democrática e participação na escola: conselhos e instâncias colegiadas	323
38. Formação continuada de professores: modelos, comunidades de prática e desenvolvimento profissional em serviço.....	329
39. Trabalho colaborativo entre docentes e equipes técnico-pedagógicas	330
40. Melhoria contínua da qualidade educacional: planejamento, monitoramento, avaliação e revisão de práticas.....	330
41. Acompanhamento pedagógico como suporte ao desenvolvimento docente	331
42. Questões.....	332
43. Gabarito.....	337

Conhecimentos Específicos Professor - Filosofia

1. História da Filosofia: surgimento do pensamento filosófico, mito e logos; Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea - principais correntes, problemas e tradições.....	339
2. Problema antropológico: concepções de ser humano, liberdade, subjetividade, identidade e dignidade	341
3. Problema ético-político: ética, moral, política, justiça, democracia e direitos humanos.....	346
4. Epistemologia e Filosofia da Ciência: teoria do conhecimento, verdade, ceticismo e métodos científicos	351
5. Estética e Filosofia da Arte: concepções do belo, do sublime e da experiência estética.....	356
6. Lógica e linguagem: raciocínio, argumentação, falácias e filosofia da linguagem	358
7. Filosofia brasileira e latino-americana: pensamento filosófico nacional, perspectivas decoloniais e cosmovisões indígenas e afrobrasileiras	363
8. Filosofia e contemporaneidade: bioética, tecnologia, inteligência artificial e desafios éticos do século XXI	368
9. Conceitos estruturantes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	373
10. Metodologias do ensino de Filosofia: problematização, diálogo filosófico, análise de textos, metodologias ativas e formação do pensamento crítico.....	377
11. Organização e funcionamento da SED/SC: estrutura administrativa, Gerências Regionais de Educação e articulação com as unidades escolares	383
12. Sistema Estadual de Ensino: Lei Complementar n.º 170/1998, órgãos normativos, deliberativos e executivos	387
13. Rede pública estadual: etapas, modalidades, políticas e programas estruturantes	388
14. Plano Estadual de Educação: metas e estratégias prioritárias.....	394
15. Indicadores educacionais: aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série; uso para diagnóstico e tomada de decisão.....	394
16. Avaliações externas: Saeb, Saesc e outros instrumentos; interpretação e uso dos resultados.....	395

ÍNDICE

17. Financiamento da educação pública: Fundeb, transferências constitucionais e prestação de contas	397
18. Regime jurídico dos servidores: direitos, deveres e responsabilidades.....	401

LÍNGUA PORTUGUESA

FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE; CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO

(...)

► **Educação, Cultura e Desporto**

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

**CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

**SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

METODOLOGIA DA PRÁTICA DOCENTE

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogos da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

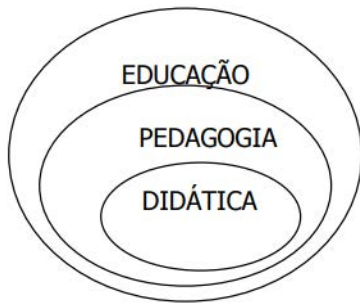
A “turma” é de vital importância para o adolescente que, ao “enturmar-se”, prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um “status” socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando “conceitos humanísticos” que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

▪ **Produtos de Aprendizagem**

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

HISTÓRIA DA FILOSOFIA: SURGIMENTO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO, MITO E LOGOS; FILOSOFIA ANTIGA, MEDIEVAL, MODERNA E CONTEMPORÂNEA - PRINCIPAIS CORRENTES, PROBLEMAS E TRADIÇÕES

► Filosofia Antiga: Origem e Consolidação do Pensamento Filosófico

O pensamento filosófico ocidental tem suas origens na **Grécia Antiga**, aproximadamente no século VI a.C., período marcado pela transição de explicações míticas para explicações **racionais** acerca do mundo e da existência humana. Até então, os fenômenos naturais e sociais eram interpretados por meio de narrativas mitológicas, nas quais deuses e forças sobrenaturais explicavam o funcionamento da realidade.

Com os primeiros filósofos, conhecidos como **pré-socráticos**, surge uma nova postura intelectual, baseada na **razão (lógos)** e na busca por causas universais. Pensadores como **Tales de Mileto, Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito e Parmênides** procuraram compreender a origem de todas as coisas (*arché*), desenvolvendo teorias sobre a constituição do cosmos e estabelecendo os primeiros princípios da reflexão filosófica. Esses filósofos foram fundamentais para romper com a tradição mítica, abrindo caminho para um pensamento mais crítico e sistemático, que valorizava a observação, o raciocínio e a argumentação lógica.

No século V a.C., a filosofia grega atinge um novo patamar com o surgimento dos **sofistas** e do método socrático. Os sofistas eram mestres da retórica que ensinavam técnicas de persuasão e argumentação, defendendo que a verdade poderia ser relativa e construída socialmente. Em oposição a essa postura, **Sócrates** propôs um método de investigação baseado no diálogo e na análise racional dos conceitos, buscando alcançar definições universais para temas como justiça, virtude e conhecimento. Sócrates estabeleceu as bases da reflexão ética, defendendo que o autoconhecimento era essencial para uma vida correta e justa.

Seu discípulo **Platão** desenvolveu a **Teoria das Ideias**, na qual afirmava que o mundo sensível é imperfeito e apenas as realidades inteligíveis, acessíveis à razão, representam o conhecimento verdadeiro. Já **Aristóteles**, por sua vez, sistematizou a filosofia, criando áreas de estudo como lógica, ética, política, biologia, estética e metafísica. A obra de Platão e Aristóteles formou os alicerces da tradição filosófica ocidental, influenciando profundamente não apenas a filosofia, mas também a ciência, a arte, a política e a educação.

Com a expansão do Império Romano, a filosofia grega foi incorporada à cultura romana e adaptada a novos contextos sociais e políticos. Correntes como o **estoicismo**, o **epicurismo** e o **ceticismo** ganharam destaque, oferecendo respostas para os dilemas existenciais diante das transformações da sociedade. O estoicismo, por exemplo, defendia a serenidade diante dos acontecimentos inevitáveis e a importância da virtude, enquanto o epicurismo valorizava o prazer moderado e a busca pela tranquilidade da alma.

Nesse período, observa-se uma aproximação entre filosofia e prática de vida, com a preocupação em orientar condutas e oferecer meios de alcançar a felicidade. Essa tradição filosófica helenística-romana foi fundamental para a formação do pensamento cristão nos séculos seguintes, criando uma ponte entre o racionalismo grego e os valores religiosos que marcariam a **Idade Média**.

► Filosofia Medieval: Razão, Fé e Síntese do Pensamento Ocidental

A **Filosofia Medieval** se desenvolveu aproximadamente entre os séculos V e XV, período que sucedeu o declínio do Império Romano e coincidiu com a consolidação do cristianismo na Europa. Diferentemente da filosofia grega, que buscava compreender a realidade com base na razão autônoma, a filosofia medieval passou a integrar os conceitos filosóficos com os fundamentos teológicos, procurando harmonizar a **fé** e a **razão**.

Durante essa época, a Igreja Católica desempenhou um papel central na preservação, difusão e direcionamento do pensamento, tornando-se o principal espaço de produção intelectual. Muitos textos da Antiguidade foram traduzidos e estudados, especialmente as obras de **Platão** e **Aristóteles**, que influenciaram fortemente os pensadores cristãos. A filosofia, nesse contexto, tinha como objetivo compreender os mistérios da existência, a natureza de Deus, a moral e o destino da alma, buscando conciliar a revelação divina com os recursos da lógica e da racionalidade humana.

Um dos nomes mais importantes desse período foi **Santo Agostinho** (354–430), cuja obra representou a fusão entre o pensamento cristão e a tradição filosófica platônica. Para Agostinho, o conhecimento verdadeiro só poderia ser alcançado por meio da iluminação divina, ou seja, pela presença de Deus na mente humana. Ao mesmo tempo, ele defendia que a razão tinha um papel essencial para compreender os ensinamentos da fé, estabelecendo uma relação de complementaridade entre ambos.

Em suas reflexões, abordou temas como o **problema do mal**, o livre-arbítrio, o tempo e a natureza da alma, deixando um legado profundo que influenciou a teologia e a filosofia por séculos. Sua obra mais conhecida, *Confissões*, exemplifica como a busca

pela verdade passa pela introspecção e pelo autoconhecimento, articulando elementos espirituais e filosóficos em uma mesma estrutura de pensamento.

A partir do século XIII, ocorre um momento decisivo na filosofia medieval com o ressurgimento do **aristotelismo**, impulsionado pelas traduções das obras de Aristóteles realizadas por estudiosos árabes, como **Averróis** e **Avicena**, e por filósofos cristãos, como **Santo Tomás de Aquino**. Tomás buscou uma síntese entre a filosofia aristotélica e a doutrina cristã, criando um sistema de pensamento que ficou conhecido como **tomismo**. Para ele, a razão humana era capaz de alcançar verdades naturais por meio da observação e da análise lógica, enquanto a fé revelava verdades sobrenaturais que transcendiam a capacidade da razão. Em sua obra *Suma Teológica*, Tomás defendeu que a teologia e a filosofia não eram opostas, mas complementares, sendo ambos caminhos legítimos para conhecer a verdade. Essa tentativa de conciliar fé e razão marcou profundamente o pensamento ocidental, estabelecendo bases conceituais que influenciariam a ciência, a ética, a política e a educação.

Outro aspecto importante da filosofia medieval foi o **debate sobre a relação entre universais e particulares**, conhecido como a **querela dos universais**. Essa discussão envolveu pensadores como **Guillaume de Champeaux**, **Roscelino** e **Pedro Abelardo**, que buscavam compreender se os conceitos gerais, como “justiça” ou “bondade”, existiam de forma independente na realidade ou se eram apenas construções mentais. Essa polêmica impulsionou o desenvolvimento da **lógica** e da **linguagem filosófica**, preparando o terreno para os avanços conceituais da filosofia moderna. Além disso, durante a Baixa Idade Média, as **universidades** surgiram como espaços fundamentais para o ensino e a produção do conhecimento, fortalecendo o diálogo entre filosofia, ciência e teologia.

Nos séculos finais da Idade Média, com o Renascimento, inicia-se um processo de **transformação profunda** no pensamento ocidental. A redescoberta de textos clássicos e o florescimento das artes, da ciência e da cultura estimularam uma visão mais **humanista**, que colocava o ser humano no centro das reflexões. Embora a filosofia ainda mantivesse laços com a religião, o período renascentista abriu caminho para uma abordagem mais crítica e racional, criando as bases para o desenvolvimento do **pensamento moderno**. Essa transição marca o início de uma nova etapa na história da filosofia, caracterizada pelo surgimento de questões relacionadas à autonomia do indivíduo, ao conhecimento científico e à reorganização das estruturas sociais e políticas.

► Filosofia Moderna e Contemporânea: Transformações e Novos Horizontes do Pensamento Ocidental

A **Filosofia Moderna** surge entre os séculos XV e XVIII, marcada pelo **Renascimento** e pelo avanço das ciências, que modificaram profundamente a forma como o ser humano passou a compreender o mundo e a si mesmo. Nesse período, ocorre uma ruptura com o modelo medieval, no qual a filosofia estava fortemente vinculada à teologia. Com o florescimento do **humanismo renascentista**, o ser humano passa a ocupar o centro das reflexões, e a razão assume um papel de destaque na construção do conhecimento.

A redescoberta dos textos clássicos, aliada aos avanços na matemática, na astronomia e na física, impulsionou novas formas de pensar, consolidando uma visão mais autônoma e crítica. A filosofia moderna inaugura uma etapa caracterizada pela busca por **fundamentos racionais universais**, capazes de explicar a realidade sem depender exclusivamente da autoridade religiosa ou da tradição. Nesse contexto, a liberdade intelectual se fortalece e a investigação filosófica passa a dialogar intensamente com os progressos científicos, estabelecendo bases sólidas para o desenvolvimento do pensamento ocidental.

Um dos marcos iniciais desse período é o **racionalismo**, representado por filósofos como **René Descartes**, **Baruch Spinoza** e **Gottfried Leibniz**. Para os racionalistas, a razão é a principal fonte de conhecimento, capaz de alcançar verdades universais e necessárias. Descartes, considerado o “pai da filosofia moderna”, desenvolveu o **método cartesiano**, baseado na dúvida sistemática, com o objetivo de encontrar um ponto de certeza absoluta. Sua famosa afirmação “*Penso, logo existo*” (*Cogito, ergo sum*) expressa a convicção de que a consciência de si é a base para todo conhecimento seguro. Por outro lado, surge o **empirismo**, defendido por pensadores como **John Locke**, **George Berkeley** e **David Hume**, que argumentavam que todo conhecimento deriva da experiência sensível. Para os empiristas, não existem ideias inatas; o entendimento humano se forma a partir da interação com o mundo externo.

O debate entre racionalistas e empiristas teve papel decisivo na construção da epistemologia moderna, levando ao surgimento de perspectivas conciliatórias, como a de **Immanuel Kant**, que propôs uma síntese inovadora: para ele, o conhecimento resulta da interação entre a experiência sensível e as estruturas racionais da mente. Essa concepção marcou o início da chamada **filosofia crítica**, inaugurando novas possibilidades para o estudo da razão, da ciência e da moral.

No século XVIII, o **Iluminismo** consolidou um movimento intelectual que defendia o uso da razão como instrumento de emancipação humana. Filósofos como **Voltaire**, **Rousseau**, **Diderot** e **Montesquieu** buscavam questionar dogmas, combater a intolerância e promover ideais de liberdade, igualdade e progresso. A crença na capacidade humana de transformar a realidade por meio do conhecimento e da ciência impulsionou mudanças profundas na política, na economia e na sociedade.

A filosofia iluminista teve influência direta em eventos históricos, como a **Revolução Francesa** e a **Independência dos Estados Unidos**, que incorporaram seus princípios na construção de novos sistemas políticos. Ao mesmo tempo, surgiram reflexões críticas sobre os limites da razão e da ciência, com destaque para o **romantismo**, que valorizava a subjetividade, os sentimentos e a criatividade como dimensões essenciais da existência humana. Essa tensão entre razão e emoção, ciência e arte, objetividade e subjetividade, marcou o cenário filosófico e cultural da modernidade, preparando o terreno para os debates que se intensificariam nos séculos seguintes.

A **Filosofia Contemporânea**, desenvolvida a partir do século XIX, caracteriza-se por uma pluralidade de correntes e abordagens que ampliaram os campos de investigação. Um dos marcos desse período é o surgimento do **idealismo alemão**, com pensadores como **Fichte**, **Schelling** e **Hegel**, que buscaram compreender a relação entre pensamento e realidade, enfatizando a importância da liberdade e do espírito humano na construção da história. Ao mesmo tempo, o **materialismo histórico** de **Karl**

